

Avaliação do Dano Corporal — APADAC; desde 2006 da Académie Internationale de Médecine Legal — I.A.M.L. e da Forensic Anthropology Society Europe — FASE; desde 2012 da Sociedade Portuguesa de Medicina Legal).

Iniciou funções em 1982 no Hospital de Santa Maria, em Lisboa como interna de medicina; em 1985 como Clínica Geral no Centro de Saúde de Grândola; em 1987 como Especialista Licenciada no Departamento de Medicina Ocupacional dos T.L.P.- Telefones de Lisboa e Porto; em 1989 como Chefe do Serviço de Medicina e Segurança no Trabalho de um grupo de empresas da Indústria de Química Fina — Farmacêutica; em 1991, como Diretora do Departamento de Medicina do Trabalho da Região Centro e Sul de uma empresa de prestação de serviços de medicina do trabalho; em 1993 como Subregional Lead Country Physician of Portugal de uma multinacional; em 1999 como responsável do Serviço de Medicina do Trabalho e como Médica da Formação do Hospital Militar Principal de Lisboa; em 2000 acumulou com o cargo de Diretora Clínica dos Serviços de Saúde da Manutenção Militar; em 2004 foi admitida por concurso público na Delegação do Sul do INMLCF, IP.

Exerceu atividade docente em áreas relacionadas com a Medicina Geral e Familiar e com a Medicina do Trabalho.

Membro de júri de exames do internato da especialidade de Medicina Legal.

Participou em projetos de investigação em Medicina do Trabalho integrada em grupos de trabalho pluridisciplinares.

Autora de monografias, de projetos de investigação, de comunicações orais e de pósteres, em áreas relacionadas com a Medicina Geral e Familiar, com a Medicina do Trabalho e com a Medicina Legal.

Coautora em comunicações orais internacionais e em trabalhos publicados, na área de Medicina Legal.

209520273

Despacho (extrato) n.º 5636/2016

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro, e do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, considerando a proposta do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., datada de 7 de julho de 2015, designo, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, em comissão de serviço, como Diretora do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., a licenciada Maria Cristina Alves da Silveira Ribeiro, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respetivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

Em conformidade com o estatuído no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a designada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, tendo direito, de acordo com o consagrado no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro, nesse caso, a um acréscimo salarial mensal de montante igual a 25 % do seu vencimento base, não podendo, todavia, exceder, em caso algum, o vencimento base do Primeiro-Ministro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

13 de abril de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Súmula Curricular

Maria Cristina Alves da Silveira Ribeiro

Carreira Médica (especialidade Medicina Legal) e Atividade Profissional — Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1987).

Especialista em Medicina Legal (1994) e Especialista em Medicina Legal pela Ordem dos Médicos (1997, data em que o Colégio da Especialidade de Medicina Legal é criado).

Curso Superior de Medicina Legal — IML Porto (1988).

Grau de consultor da carreira médica de Medicina legal (2000).

Curso de Pós-Graduação em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático — INML/FMUP (2003/2004).

Chefe de Serviço de Medicina Legal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. — Delegação do Norte (2006).

Orientadora de formação na Formação Específica (Internato médico) de Medicina Legal (desde 2006 e na atualidade).

Curso de Doutoramento em Ciências Forenses — Universidade do Porto (2006).

Competência em Avaliação do Dano Corporal pela Ordem dos Médicos (2009).

Competência em Peritagem Médica da Segurança Social pela Ordem dos Médicos (2009).

Coordenadora do grupo de verificação da idoneidade dos serviços para efeito de formação (internato médico) da Ordem dos Médicos (2012).

Coordenadora do Gabinete Médico legal e Forense do Minho — Lima (desde junho de 2013).

Coordenadora do Internato Médico de Medicina Legal da Delegação do Norte do INMLCF, I. P. (desde abril de 2014).

Membro da Direção do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos (desde a sua criação e até 2015) tendo exercido, nos vários triénios, os seguintes cargos: Secretária da Direção (primeiro triénio 1999/2001); Delegada no *European Council of Legal Medicine* (triénio 2003/2005); Secretária da Direção (triénio 2010/2012); Júri Nacional de Medicina Legal — Presidente (triénio 2010/2012), nomeada pelo CNE da OM; Coordenadora Regional para a Secção Regional da Ordem dos Médicos (triénio 2012/2014); Júri Nacional de Medicina Legal — Vogal (triénio 2012/2014), nomeada pelo CNE da OM.

Membro de diversos grupos de trabalho nacionais no âmbito da sua área profissional dos quais destaca:

Grupo de trabalho para harmonização de critérios de elaboração de escala para perícias urgentes e para a definição dos procedimentos a seguir pelos peritos em tais circunstâncias [nomeada em 05.06.2001 pelo Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML)];

Grupo de trabalho (coordenação) para desenvolvimento de “Definição dos indicadores sobre *Workload* técnico — científico no âmbito das perícias médico-legais” [2005, trabalho proposto e solicitado à OM pelo Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, designada pela Direção do Colégio da especialidade de Medicina Legal]. A proposta resultante foi homologada pelo Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos e foi publicada na *Revista Ordem dos Médicos* (Ano 22 — N.º 74, dezembro 2006).

Membro de Júri Nacional de vários exames finais da Formação Específica (Internato Médico) de Medicina Legal e ainda vogal nomeado para integrar júri em vários concursos públicos para preenchimento de vagas médicas).

Atividade docente

Docente voluntária da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto — FMUP (2002-2006).

Assistente convidado (40 %) da FMUP (2007-2014).

Co-orientadora de teses mestrado integrado em medicina (2) e em medicina dentária (1) da Universidade do Porto.

Colaboração frequente na lecionação na Pré — graduação (licenciatura e Mestrado Integrado) e em Cursos de Pós — graduação, 2.º ciclo de estudos (Mestrado) e 3.º ciclo de estudos (doutoramento) nas áreas de estudo médica, psicologia, ciências sociais, direito, criminologia.

Atividade científica

Autora e coautora de vários artigos científicos publicados em revistas indexadas (9), em revistas não indexadas (14) e de capítulos de livros (6), em língua portuguesa e em língua inglesa, todos versando temas na área da Medicina Legal e das Ciências Forenses.

Proferiu 33 conferências em reuniões/encontros/cursos, nacionais, a convite.

Autora e coautora de vários trabalhos apresentados em reuniões científicas Nacionais (76) e internacionais (18) (21 na forma de comunicação livre e 35 em *Poster*).

Foi-lhe atribuído Prémio “Melhor Poster” *exa quo* para o trabalho “*Children’s exposure to Interpartner Violence in the North Of Portugal. A first prospective approach*” (Cristina Silveira Ribeiro, Maria João Alves, Dina Almeida; 2nd International Conference “*Child Abuse and Neglect*”; Porto; 13 e 14 maio 2011).

Membro do Conselho Redatorial da Revista Portuguesa do Dano Corporal (2007-2013) edição anual, números 19, 20, 21, 22, 23, 24).

Organizadora/coorganizadora de congressos (nacionais — 5; internacionais — 7) e Cursos de Formação Contínua (9).

Sociedades Científicas

International Academy of Legal Medicine (IALM), desde 1990.

Sócia da *Sociedade Médico — Legal de Portugal* (desde 1987 até à sua extinção em 2001, exerceu o cargo de vogal da direção entre 1997 e 2001).

Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal (APADAC), desde 2010 (exerceu cargo de vogal da direção no biénio 2009/2011).

Centro de Ciências Forenses (CENCIFOR) — unidade associada da FCT, área da Clínica Forense (desde 2009).

International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN, desde 2010).

Sócia fundadora (2011) e Tesoureira (2011-2013) da Sociedade Portuguesa Para o Estudo da Criança Abusada e Negligenciada (SPECAN).

Foi membro fundador da Cooperativa “Mais Criança” (2001) tendo integrado o Grupo de Trabalho sobre “Prevenção da Violência na criança — Concelho do Porto” em 2001.

209520216

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extrato) n.º 5637/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho, de 22 de janeiro de 2016, e na sequência de anuência por parte do organismo de origem, foi autorizada, nos termos previstos no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na carreira/categoria, da assistente técnica da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Conceição de Jesus Marques da Fonseca, no mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., mantendo a mesma posição e nível remuneratórios da situação jurídico-funcional de origem, com efeitos a contar de 01.01.2016. (Não carece de visto do Tribunal de contas.)

15 de abril de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209521731

CULTURA

Gabinete da Secretária de Estado da Cultura

Louvor n.º 175/2016

Ao cessar funções como Secretária de Estado da Cultura, expresso público louvor aos membros do meu Gabinete, nomeadamente:

À Chefe do Gabinete, *Carmen Bagulho Silvestre*;
Ao adjunto, *Henrique Daniel Dias Pinto Ferreira*;
Às técnicas especialistas:

Alexandra Isabel Santos de Alcântara Carreira;
Ana Catarina Almeida Cabeças;
Maria Cabral Alves Mineiro;
Maria João Silveira de Aragão Lamy Sanina;

Às secretárias pessoais:

Luísa Cristina da Silva Bobela Motta;
Maria Celeste Peres Ricardo Nogueira;

Aos elementos de apoio técnico-administrativo:

Felismina Maria Coelho Lima Barata;
Maria da Conceição Candeias Pão Mole Pereira de Carvalho;
Maria Goreth de Almeida e Silva;

Aos motoristas:

João Miguel Duarte Rodrigues;
Pedro Manuel Madeira de Sousa.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação profissional (valores)	Produção de efeitos
Marcelino Lopes da Silva	290 — Educação Moral e Religiosa Católica . . .	12,5	01-09-2005

13 de abril de 2016. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, *Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira*.

209516912

As qualidades humanas e profissionais que evidenciaram, designadamente a incedível dedicação, o sentido de responsabilidade e a competência com que desempenharam as suas funções, constituíram um inestimável contributo para um excelente ambiente de trabalho e merecem o meu reconhecimento pessoal e profissional.

12 de abril de 2016. — A Secretária de Estado da Cultura, *Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal*.

209519772

Direção-Geral do Património Cultural

Anúncio n.º 113/2016

Projeto de Decisão relativo à classificação como monumento nacional (MN) do Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra, em Falperra, freguesia de Longos e União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, concelhos de Guimarães e Braga, distrito de Braga.

Dá-se sem efeito o Anúncio n.º 101/2016, de 11 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril.

12 de abril de 2016. — A Diretora-Geral do Património Cultural, *Paula Araújo da Silva*.

209518387

EDUCAÇÃO

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho n.º 5638/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 15-A/99, de 19 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, à docente a seguir indicada, que concluiu o Curso de Profissionalização em Serviço, com aproveitamento, na Universidade Aberta, nos termos do Despacho n.º 17019/2011, de 12 de dezembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 20 de dezembro de 2011.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2012.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação profissional (valores)
Anabela Jorge Monteiro Crespo	330 — Inglês	13

13 de abril de 2016. — A Diretora-Geral da Administração Escolar, *Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira*.

209516929

Despacho n.º 5639/2016

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 15-A/99, de 19 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor a seguir indicado, por ter concluído com aproveitamento o Curso de Habilitação Pedagógica Complementar em Educação Moral e Religiosa Católica, na Faculdade de Teologia, da Universidade Católica.